



Artigo

Da invisibilidade à participação política: experiências e discursos sobre a luta de travestis e transexuais

De la invisibilidad a la participación política: experiencias y discursos sobre la lucha de travestis y transexuales

From invisibility to political participation: experiences and discourses on struggle of transsexuals and transvestites

De l'invisibilité à la participation politique: expériences et discours sur la lutte des travestis et transsexuels

Gustavo de Aguiar Campos¹ e Domênico Uhng Hur²

¹ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal de Goiás, Goiania, GO, Brasil.

E-mail: fatima-rodriguesp@hotmail.com

² Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, pós-dourado em Psicologia Política pela Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, Espanha. Atualmente é professor do curso de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, Goiania, GO, Brasil.

E-mail: angelagomes@unipampa.edu.br

Resumo

O artigo busca conhecer os discursos sobre os movimentos *trans*, para discutir as distintas dimensões das políticas da transexualidade. Realizamos uma revisão bibliográfica da literatura especializada, focalizando os estudos que abordam as diversas formas de atuação e participação política dos movimentos sociais *trans*. A partir da análise do conteúdo categorial temática foi realizada uma discussão teórica crítica dos 61 artigos encontrados sobre o tema nas bases de dados Scielo, Pepsic e Portal de Periódicos da CAPES. Elaborou-se três categorias: (1) políticas da identidade; (2) saúde trans e Estado; (3) lutas sociais trans. A primeira categoria engloba estudos que discorrem sobre a construção das identidades, corporalidades trans e suas configurações de forças, focados na identidade de gênero. A segunda categoria traz as questões referentes às diversas formas de estatização da transexualidade, desde a saúde até as articulações por ONGs. Por fim, a última engloba os estudos que trazem contribuições históricas e analíticas sobre os movimentos sociais de pessoas *trans* e travestis. Com esse estudo apresenta-se um panorama geral da participação política nos movimentos trans, envolvendo os diferentes processos internos e externos ao grupo, traçando as pautas, as formas de se fazer política e as (in)visibilidades presentes nos diferentes âmbitos das políticas *trans*.

Palavras-chave: Transexualidade; Participação Política; Movimentos *Trans*; Estado; Movimentos Sociais.

Abstract

This research aims to know the discourses about the trans movements, to discuss the different dimensions of the politics of transsexuality. We carry out a bibliographic review of the specialized literature, focusing on the studies that address the different forms of action and political participation of trans social movements. From the categorical content analysis, we carry out a theoretical and critical discussion of the 61 articles found in the databases *Scielo*, *Pepsic* y *Portal de Periódicos da CAPES*. We elaborated three categories: 1) politics of identity; 2) Trans health and State; 3) Trans social struggles. The first category describes studies that discuss on the construction of identities, trans corporalities and its configurations of forces, centered on gender identity. The second category brings the questions referring to the different forms of political institutionalization of transsexuality, from health to articulations by non-governmental organizations. Finally, the latter describes the studies that bring historical contributions about the social movements of trans and transvestites. We present with this study a general picture of political participation in trans movements, discussing the internal and external processes, the guidelines, ways of doing politics and the (in)visibilities in the different areas of trans policies.

Keyword: Transsexuality; Political Participation; Trans Movements; State; Social Movements.

Resumen

Este trabajo busca conocer los discursos sobre los movimientos trans, para discutir las distintas dimensiones de las políticas de la transexualidad.

Realizamos una revisión bibliográfica de la literatura especializada, centrando sobre los estudios que abordan las diversas formas de actuación y participación política de los movimientos sociales trans. A partir del análisis de contenido categorial fue realizada una discusión teórica y crítica de los 61 artículos encontrados sobre el tema en las bases de datos *Scielo*, *Pepsic* y *Portal de Periódicos da CAPES*. Elaboramos tres categorías: 1) políticas de la identidad; 2) Salud trans y Estado; 3) Luchas sociales trans. La primera categoría engloba estudios que discurren sobre la construcción de identidades, corporalidades trans y sus configuraciones de fuerzas, centrados en la identidad de género. La segunda categoría trae las cuestiones referentes a las diversas formas de estatización de la transexualidad, desde la salud hasta las articulaciones por ONGs. Por fin, la última engloba los estudios que traen las contribuciones históricas sobre los movimientos sociales de personas *trans* y travestis. Con este estudio presentamos un cuadro general de la participación política en los movimientos *trans*, envolviendo los distintos procesos internos y externos al grupo, las pautas, las formas de hacer política y las (in)visibilidades presentes en los diferentes ámbitos de las políticas *trans*.

Palabras Clave: Transexualidad; Participación Política; Movimientos *Trans*; Estado; Movimientos Sociales.

Resumé

Ce travail vise à connaître les discours sur les mouvements trans, à discuter des différentes dimensions des politiques de transsexualité. Nous avons réalisé une revue bibliographique de la littérature spécialisée, en nous concentrant sur des études qui abordent les différentes formes d'action et de participation politique des mouvements trans sociaux. Sur la base de l'analyse du contenu catégorique thématique, une discussion théorique critique des 61 articles trouvés sur le sujet a été menée dans les bases de données Scielo, Pepsic et CAPES Journal Portal. Trois catégories ont été élaborées: (1) les politiques d'identité; (2) santé trans et état; (3) luttes trans sociales. La première catégorie comprend des études qui traitent de la construction des identités, des trans corporités et de leurs configurations de forces, axées sur l'identité de genre. La deuxième catégorie pose des questions sur les différentes formes de nationalisation de la transsexualité, de la santé aux articulations par les ONG, la dernière englobe des études qui apportent des contributions historiques et analytiques sur les mouvements sociaux des personnes trans et travesties. Avec cette étude, un aperçu général de la participation politique dans les mouvements trans est présenté, impliquant les différents processus internes et externes du groupe, décrivant les lignes directrices, les façons de faire de la politique et la (in) visibilité présente dans les différents domaines des politiques trans.

Mots-clés: Transsexualité; Participation Politique; Mouvements *Trans*; Etat; Mouvements Sociaux.

Introdução

Nos últimos anos, com um *boom* da visibilidade de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis (LGBT) na mídia convencional, nas mídias alternativas e nas redes sociais, temos visto a inserção desses coletivos em mais lugares. Contudo, ao mesmo tempo, continuamos vendo números assustadores de violência contra pessoas LGBTs, principalmente contra as que são transexuais ou travestis. No ano de 2017, por exemplo, foram registrados cento e setenta e nove (179) casos de assassinato de pessoas *trans* no Brasil segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2018). Só no Estado de Goiás, mais de 30 pessoas *trans* foram assassinadas nos últimos anos, de acordo com a mesma associação. Dados como esse fazem do Brasil o país que mais mata travestis e transexuais em todo o mundo, de acordo com a Organização Não-Governamental (ONG) *Transgender Europe*.

Talvez seja impossível definirmos o que gera esses números exorbitantes de violência, mas o que temos *a priori* é que essa violência é uma violência transfóbica: ódio direcionado a travestis e transexuais. Ódio a uma pessoa que não se identifica na conformação entre a designação social de gênero (a forma - é homem ou é mulher? - como a sociedade lê uma pessoa logo quando ela nasce) e a autoidentificação do gênero (Bento, 2012), com diversas possibilidades e formas de se viver essa experiência. Hoje se fala em transexualidade masculina, transexualidade feminina e travestilidade. Tanto a transexualidade feminina como a travestilidade dizem respeito às pessoas que foram designadas como homens, mas que não se identificam com essa designação. A transexualidade masculina é exatamente o oposto, pessoas que foram designadas femininas ao nascimento, mas que se identificam como do gênero masculino.

Além dos crimes de violência, a exclusão da comunidade *trans* também se dá nas diferentes instituições da vida em sociedade: na família, nos locais de estudo e principalmente nos locais de trabalho. Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais, mais de 73% das pessoas *trans* abandonaram a educação básica e mais de 90% das mulheres transexuais e travestis são obrigadas ou escolhem o trabalho sexual para a sobrevivência. Como podemos perceber esses dados apresentados são todos frutos da pesquisa de movimentos sociais, coletivos sociais e/ou ONG's. Poucos desses dados vêm de pesquisas realizadas por universidades no âmbito brasileiro. Afinal, o que a academia tem discutido sobre a transexualidade e a travestilidade?

As experiências das transexualidades e das travestilidades enquanto campo de pesquisa vêm sendo estudadas desde as primeiras décadas do século XX pela área da saúde, em especial da medicina e psiquiatria (Castel, 2001). Entretanto, só ao final do século XX, por volta de 1990, essas experiências ganham visibilidade nos estudos sociais, notoriamente na antropologia e na sociologia (Amaral *e cols.* 2014). Grande parte dos estudos nas ciências sociais feitos por pesquisadoras e pesquisadores na área de gênero e sexualidade buscam

remontar as construções identitárias e corporais da população transexual e travesti, ou, ainda, os processos de exclusão social desse grupo (Amaral *e cols.* 2014).

Outros estudos sobre as transexualidades e travestilidades ainda são muito incipientes se comparados com os estudos sobre a experiência transexual como identidade. Os processos de desenvolvimento (infância, adolescência e envelhecimento), saúde, trabalho e educação, como apontado por Amaral *et al* (2014) são temas ainda pouco estudados na perspectiva da transexualidade, mesmo que estejam se desenvolvendo nos últimos anos. A falta de estudos nessas áreas deve ser questionada em seus sentidos acadêmicos, éticos e políticos. Uma primeira impressão é que esse grande foco na identidade trans perpassa muitas vezes por uma relação de pesquisador - objeto, reiterando uma posição de “outro” vivida por travestis e transexuais, um outro visto como o “anormal” que deve ser entendido. O foco nesses estudos tornou os estudos sobre transfobia e violência contra pessoas trans secundarizado na produção acadêmica.

Outro tema pouco explorado pela academia são os movimentos sociais protagonizados por travestis e transexuais, com foco na organização coletiva e a participação política desse grupo. Entende-se, de início, que a organização e a participação são formas de enfrentamento do próprio grupo às diversas formas de violência e opressão transfóbicas vividas cotidianamente. Gohn (2008) afirma que os movimentos sociais são ações coletivas por meio das quais a população expressa suas demandas. Sabucedo nos ensina que sua mobilização parte de três marcos principais: o sentimento de injustiça vivido, a identidade coletiva e a eficácia política (Sabucedo, 1996; Sabucedo & Durán, 2006). Ao atuar em redes, os movimentos constroem propostas de mudança e transformação das realidades de exploração, exclusão e opressão (Gohn, 2011), que ao mesmo tempo produzem mudanças identitárias e subjetivas¹.

Participação política, como bem destacado por Castro (2008), pode significar o engajamento dos sujeitos em um processo de afiliação à partidos, entidades, e outras organizações sociais como sindicatos e ONGs. Sabucedo e Arce (1991) afirmam que a participação política tem quatro dimensões distintas: a persuasão eleitoral, a participação convencional, a não convencional e a participação violenta. Para nosso estudo, seguindo a tradição da Psicologia Política, buscamos articular a participação política aos processos subjetivos de mudança, para abranger a diversidade de práticas e sentidos que resultam da ação política.

Propomos que as políticas da transexualidade podem ser esboçadas aqui, a partir de uma ideia das políticas da diferença (Deleuze, 2006), como um processo de afirmação das diversidades e de superação das desigualdades, permeada por vários campos de intervenção. Assim, políticas da transexualidade são as formas que atores sociais travestis e transexuais encontram de fazer política, reivindicar direitos e se autotransformarem nessa participação política. Compreender esses processos nos parece de extrema importância para alcançar a

¹ Para uma revisão sobre a temática dos movimentos sociais e a Psicologia Política, conferir Sabucedo (1996), Klandermans (1997), Fernández e Sabucedo (2004), Silva (2012), Hur e Lacerda Júnior (2016), entre outros.

complexidade do próprio fenômeno da transfobia. Tendo isso em vista compreendemos que as políticas da transexualidade são um campo de conhecimento e de disputa necessário à superação das situações de violência e exploração vividas por esse grupo. E a partir do entendimento de que as políticas da transexualidade são fundamentais, buscamos, neste trabalho, conhecer as diferentes perspectivas dessas políticas.

Portanto, com este trabalho objetiva-se conhecer quais os diferentes discursos sobre a prática política trans e as políticas da transexualidade, a fim de discutir o que a academia tem desenvolvido sobre as formas de se fazer política do movimento social trans. No estudo desse tema vemos uma possibilidade de aprofundar a discussão sobre o movimento social de pessoas trans e as diferentes formas de fazer política da transexualidade, trazendo uma maior visibilidade a esta problemática.

Com método de investigação foi realizado um mapeamento da produção científica sobre o tema. Realizou-se uma revisão da literatura (Creswell, 2010), para identificar e analisar o que tem sido discutido na Academia acerca do tema. A busca por esses materiais foi feita em três das principais bases de dados de publicações das ciências humanas e sociais, Scielo, Pepsic e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Analisamos artigos publicados em revistas científicas, escritos em português, espanhol ou inglês. Para a busca dos artigos foram usadas as combinações de dois termos, com os descritores “Transexuais e Política”; “Transexual e Política”; “Transexualidade e Política”; “Transgênero e Política”; “Travestis e Política”; “FTM (Female to Male)² e Política”; “*Transgender* e *Politics*”; “*Transsexual* e *Politics*”; “FTM e *Politics*”. A coleta dos dados nas bases utilizadas foi realizada entre os meses de Setembro e Novembro de 2016. Ao total, foram encontrados sessenta e um (61) artigos.

A análise dos dados encontrados na revisão bibliográfica foi feita conforme a análise de conteúdo categorial temática de Vázquez (1997), que serviu como ferramenta de sistematização das informações. Os diferentes discursos sobre as políticas trans encontrados nos resultados foram analisados, e com isso puderam ser agrupados em três categorias considerando as semelhanças entre as unidades. Para isso os resultados encontrados foram decodificados, transformados em unidades de registro e posteriormente agrupados, em uma etapa de organização e categorização das unidades obtidas (Vázquez, 1997). Nesse processo elaborou-se as seguintes categorias: (1) políticas da identidade; (2) saúde trans e Estado; (3) lutas sociais trans. Estes são os eixos que mais se destacaram em nossa análise dos resultados da revisão bibliográfica, surgindo como diferentes formas de se pensar as políticas da transexualidade.

² Este termo foi incluído a fim de aprofundar os estudos acerca das transmasculinidades. O termo é utilizado principalmente nos estudos na língua inglesa e pelo movimento de homens transexuais estadunidense, e traduzido como “de feminino para masculino”.

1. Políticas da Identidade

Os novos movimentos sociais que surgem ao final do século XX e no século XXI como uma forma de contestação às discriminações de raça, gênero, sexualidade etc., são costumeiramente chamados de movimentos identitários por fazerem o uso da afirmação da identidade como política (César; Duarte; Sierra, 2013). Distinguem-se dos movimentos sociais tradicionais que têm a categoria classe como norteadora das suas políticas: movimentos de trabalhadores/as rurais sem terra (MST), movimentos sindicais, centrais de trabalhadores/as etc. Os movimentos identitários se organizam a partir da identidade, já que, em grande medida, é essa identidade que acarreta diferentes processos de exclusão, violência e desigualdade.

A partir da noção de movimento identitário encontrada nos resultados da revisão bibliográfica formulamos a primeira categoria a ser trabalhada: “políticas da identidade”. Essa categoria engloba as contribuições analíticas das relações de poder, das construções corporais e subjetivas e das correntes epistemológicas e políticas encontradas para uma melhor leitura das políticas da transexualidade. Destacamos que de maneira geral há uma proposta de valorização da identidade trans como característica desses estudos, o que leva a busca pela reafirmação dessa.

O corpo das minorias sexuais, nesses estudos, não é só visto como uma área de ação da sexopolítica (Preciado, 2011), onde a cisgeneridade e a heterossexualidade compulsórias vão agir, não é só passivo, ou seja, o corpo não é apenas uma “matéria” que expressa as normas e padrões da sociedade. Diferentemente de outras perspectivas, é possível vislumbrar aqui como o corpo trans é transformador da realidade, e não só objeto dos discursos médicos, psicológicos e jurídicos. Assume a dimensão da política se tornando um corpo político que subverte as normas sociais - está aí a dimensão política: a de “subversão”. Para Peres e Toledo:

Sua própria existência [desse corpo] é um enfrentamento à heteronormatividade, que desestabiliza e coloca em questão a ordem normativa e disciplinar que é imposta pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, pois questiona as normas hegemônicas de práticas sexuais, de desejos, de gênero e de sexo, impostas pelo próprio bio-poder por meio de suas biopolíticas regulatórias (Peres e Toledo, 2011:271).

Os estudos sobre a produção dos corpos trans - ou corpos *queer* - também é um resultado encontrado que se situa na dimensão da política da identidade. A hormonização, as cirurgias,

as bombas³, próteses são processos de mudança corporal, mas não só. A produção corporal nesses estudos é significada como um processo de subjetivação, que se relaciona com os discursos biotécnicos do gênero e da política capitalista.

As experiências TRANS forjam uma zona de embate micropolítico que tem no corpo sua forma mais eficaz de fazer política, uma política, como propõe Preciado (2008), que se pauta na desidentificação, uma forma simples, porém muito potente, de reinventar o campo das políticas dos corpos, corpos indisciplinados engajados, conscientemente ou não, na transformação da realidade (Paiva; Félix-Silva, 2014:261).

A partir dessa perspectiva dos corpos *queer* serem corpos políticos, Preciado (2011) traz a ideia dos “corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos sobre o sexo” (p. 12). Ainda, esses corpos *queer* têm a possibilidade de se tornarem uma multidão *queer* que intervém nos “dispositivos biotecnológicos de produção da subjetividade sexual” (Preciado, 2011:14). O espaço da multidão é onde as minorias sexuais têm poder, e a partir da afirmação da identidade “anormal” subvertem a ordem estabelecida. O corpo se torna político quando há a possibilidade de intervir na produção de subjetividade, quer dizer, nessa multidão *queer* é que essa anormalidade se possibilita enquanto construção da vida real. Como dito anteriormente, não é apenas um corpo que se padronizou a partir da sociedade.

As políticas da identidade têm repercutido de maneira geral nos movimentos sociais de diversidade sexual e de gênero, em especial no movimento de pessoas transexuais e travestis como forma de se fazer política. Campanhas como o “*trans and proud*” ou “visibilidade trans” que surgem no Brasil e no mundo são dicas da formulação dessa política que tem a visibilização da identidade trans como central.

O transfeminismo parece surgir na mesma lógica política, como uma crítica ao essencialismo de algumas correntes e práticas feministas na leitura de gênero (Jesus, 2014). Além da crítica, o ativismo transfeminista tem construído e reivindicado pautas, que são elencadas por Jesus (2014) em sete pontos: (1) combate à violência cissexista/transfóbica; (2) direitos reprodutivos para todas/os; (3) poder de decisão das pessoas trans sobre seus corpos; (4) desconstrução das identidades binárias; (5) empoderamento; (6) livre sexualidade; (7) atenção às terminologias. Esse movimento tem, para Jesus (2014), maior importância no ambiente virtual e tem focado suas ações na comunicação entre as pessoas trans do Brasil, estabelecendo uma rede de contato e apoio entre todas.

Da mesma forma que há uma valorização da identidade em seu caráter político, alguns estudos discutem se a utilização dessa categoria não acaba por re-normatizar os corpos seguindo uma nova lógica de padronização que enrijece as possibilidades da construção da

³ Bomba, ou corpos bombados é o nome dado à utilização de silicões industriais ou outras substâncias como se fossem próteses, normalmente utilizados nos seios, glúteos, quadril e coxas. Trabalho feito de forma clandestina normalmente por cafetinas e/ou travestis.

subjetividade (Vasconcelos e cols., 2011). Ainda sobre isso, Sierra e César (2014:40) vão afirmar que “as lutas identitárias e seus processos de inclusão reforçam a heteronormatividade e potencializam os efeitos gerados pelo dispositivo da sexualidade”. Apesar disso, nas Organizações Não Governamentais (ONGs) a afirmação da identidade constitui fator importante de demarcação política.

A construção de um movimento social materializado no controle da execução e formulação de políticas públicas, bem como a existência de organizações não-governamentais, puderam compor, junto com outros elementos sociais, quadros de referência para a consolidação de uma prática de cidadania que passava pela afirmação daquilo (ou daqueles) com quem se identificava. (Vasconcelos e cols., 2011:1229)

Vale ressaltar que todos os trabalhos encontrados partem de uma perspectiva da transexualidade como identidade e nenhum assume um enfoque patologizante da mesma. Consideramos que esta perspectiva progressista advém das práticas políticas do movimento trans associados a grandes expoentes teóricos do tema que se comprometem à crítica à patologização da transexualidade.

Em resumo, nessa primeira categoria procuramos traçar um panorama de algumas características das políticas de valorização identitária entre os grupos e coletivos trans na atualidade. Constatamos que não é viável falar em apenas um grupo trans, mas em coletivos e essa ideia chamada aqui de política da identidade aparece como forma predominante das políticas da transexualidade. Foi possível perceber que muitas vezes o que é buscado é uma subversão da norma heterossexual e/ou cisgênera, que tenderia a novas relações sociais e a possibilidade de superação da transfobia.

A partir disso pensamos que a proposta apresentada nesses estudos é a de auto-afirmação das identidades desviantes que possibilitam a subversão da lógica normativa e constituem, assim, regimes de transgressão e ruptura das normas sociais de gênero e sexualidade. Nas próximas categorias trazemos outras formas de se fazer política trans, não desconsiderando a afirmação do corpo e da identidade como importante, mas se fazendo de outras práticas para alcançar os objetivos.

2. Saúde *Trans* e Estado

Essa segunda categoria articula parte dos resultados encontrados na pesquisa bibliográfica para compreender como tem se relacionado as pessoas transexuais e travestis às necessidades de saúde e ao Estado. Foi possível rever o apontamento feito por Castel (2011) de que grande parte dos estudos provém da área da saúde. Portanto, constata-se que uma dimensão

importante das políticas *trans* está relacionada às políticas públicas de saúde do Estado. Dessa forma procurou-se trazer um panorama geral dessa relação e problematizar algumas questões emergentes neste âmbito. Optamos por focar as articulações do movimento LGBT com o Ministério da Saúde e problematizar a forma com a saúde e o cuidado *trans* são feitos no âmbito brasileiro.

É importante destacar que as pessoas transexuais e travestis no Brasil até pouco tempo não tinham acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), porque o preconceito e a transfobia impediam esses grupos de buscar atendimento. É a epidemia de HIV/AIDS que muda um pouco esse cenário, quando transexuais e travestis começam a buscar o atendimento no órgão (Simpson, 2015). Esse grupo se torna bode expiatório do vírus (Hernández, 2013), o que impõe, até hoje, a categoria de “grupo de risco” para transexuais e travestis.

Com esse contato e participação no SUS começam a surgir organizações de transexuais com o objetivo de buscar melhorias no atendimento do sistema. O panorama que se instala é a instituição dessas organizações principalmente no terceiro setor, das ONGs, com verbas do Estado e do Ministério da Saúde para a prevenção e combate ao HIV/AIDS (Carvalho; Carrara, 2013). A aproximação desses coletivos com os órgãos de saúde pública vai se consolidando e no início do século XXI, especificamente em 2003, já se observa a discussão de políticas de atenção integral à saúde LGBT, com especial protagonismo dos grupos de travestis e transexuais.

Esse tipo de organização do movimento social no setor das ONGs aparece como uma nova forma de se fazer política no Brasil. As organizações não governamentais surgem para a articulação entre as pessoas transexuais e travestis, o que possibilita um espaço de contato e de elaboração das pautas, primeiramente definidas no âmbito da saúde *trans*. Essa forma de organização dá pistas para entendermos como se constitui até hoje a participação política desse grupo social.

A associação entre o movimento de transexuais e a área da saúde (em detrimento de outras áreas como educação, segurança pública etc.) levantou uma das principais questões do movimento transexual no Brasil e no mundo, a (des)patologização da transexualidade e o acesso às cirurgias de redesignação sexual. Na Espanha, por exemplo, existem grupos consolidados que lutam pela despatologização da transexualidade (Gómez, 2014; Méndez, 2008). Ainda que em 2006, em reunião de Comitê Técnico sobre o Processo Transexualizador (composto por profissionais da saúde e militantes transexuais) tenha sido enfatizada a necessidade da despatologização (Lionço, 2009); no Brasil ainda é um cenário em disputa, com coletivos que defendem a despatologização e outros que acreditam que o enquadramento como patologia traz benefícios para transexuais e travestis.

Compreendemos, a partir da análise desses estudos, que há uma divisão entre uma saúde *trans* como uma “saúde marginal” e uma “saúde de estado”, essa última normalmente com uma prevalência moral. A saúde marginal consiste nos variados processos de hormonização e transição dos caracteres sexuais feitos à margem das políticas do Estado e do SUS. O trabalho

das bombadeiras com o silicone líquido industrial aplicado às escuras, os hormônios contrabandeados, as próteses ilegais etc. Saúde marginal que ao passo em que traz sofrimento traz também auto reconhecimento, oportunidade de trabalho e algumas vezes, passabilidade⁴. Ou seja, faz parte do processo de subjetivação de ser transexual ou travesti. É uma forma encontrada por travestis, homens *trans* e mulheres *trans* de “ter os corpos sonhados de forma rápida e barata. O SUS nunca compreendeu esse fenômeno como caso de saúde pública, até o movimento organizado pautar essas lutas em parceria com outros movimentos e com alguns atores governamentais.” (Simpson, 2015:12).

Todos esses processos de transição “fora da lei” que chamamos de saúde marginal passam, no meio acadêmico, para a cobrança de uma institucionalização da saúde *trans* via SUS. Instituição que: requer dois anos de acompanhamento psicológico e posterior laudo comprovando a denominada “disforia de gênero” (DSM IV); diferencia o atendimento e procedimentos entre travestis e mulheres transexuais; não avança as pesquisas nas cirurgias de redesignação sexual para os homens *trans*; possibilita pouca formação para as/os profissionais etc.

É evidente dizer que apontar os problemas da saúde de Estado não implica dizer que os métodos marginais de transição são melhores ou os que devam ser feitos. O que se percebe como ausente na literatura é a leitura das diferentes questões que perpassam a saúde marginal. Entender que o processo de transição é necessidade de sobrevivência para grande parte das pessoas *trans* deveria motivar uma crítica maior à forma como o Estado tem gerenciado a saúde *trans* no Brasil, ao invés de motivar apenas o “anúncio” dos projetos existentes no SUS e nas Universidades.

Desde este momento de crítica à forma como é feita a institucionalização e burocratização da saúde *trans* chegamos ao outro tópico desta categoria: a institucionalização da luta das pessoas *trans*. Como já abordado, é em grande parte a epidemia HIV/AIDS o ponto de partida de articulação de transexuais e travestis aos órgãos de saúde e às políticas públicas de Estado (Santos, 2002; Lionço, 2009; César e cols. 2013; Arán e cols. 2008; Méndez, 2008). Essa proximidade parece envolver pontos positivos e negativos da relação entre o Estado e os grupos *trans*, já que pode resultar em processos de potencialização dos movimentos - por exemplo, mais recursos financeiros e visibilidade social - ao passo em que se pode decorrer uma despotencialização – referente à necessidade de “prestação de contas” ou imobilismo frente ao próprio Estado.

Por um lado possibilitou políticas estatais de combate e prevenção ao HIV/AIDS, implementação de projetos transexualizadores e espaços de discussão sobre a saúde *trans* de modo geral. Entretanto, até que ponto isso não trouxe uma normatização ao movimento social de pessoas *trans*? Não amenizou as ações que o movimento poderia tomar no requerimento de

⁴ Passabilidade surge como conceito dentro do seio das teorias que tratam da transexualidade para designar as possibilidades que uma pessoa *trans* tem de passar despercebida de sua transexualidade ou passar como cisgênera nos variados espaços de circulação.

seus direitos? Não impossibilitou a criação de grupos independentes de estudo, pesquisa e intervenção que trariam mais avanços para as questões *trans*?

É nesse sentido que se deve problematizar a questão da institucionalização das formas de luta das pessoas *trans*. Por isso que os movimentos sociais *trans* não recorrem somente às organizações com o Estado, por compreender que acaba por limitar as possibilidades de conquista, diminui as vozes desse grupo social e sua potencial radicalidade, retomando ao Estado o poder de fazer concessões sobre as pautas *trans*. Compreende-se que o Estado é um Aparelho de Captura, conforme teorização de Deleuze e Guattari (1997). Deste modo, outras formas de mobilização e de se travar lutas será vista no próximo tópico.

3. Lutas Sociais *Trans*

Essa terceira categoria apreende a análise de estudos com grande diversidade de objetos, mas que se articulam em um eixo: são discussões de diferentes práticas políticas no movimento de transexuais e travestis. Diferentemente das discussões empreendidas anteriormente, neste tópico buscamos discutir lutas *trans* que não se constituem e se organizam por via do Estado, tomando um caráter de participação política não-convencional na história dos movimentos *trans*.

Por práticas políticas entendemos as diversas formas que um ou mais grupos elaboram para alcançar seus objetivos de reivindicação. De acordo com Hur (2009: 80) a prática política é

uma ação social que visa atuar na configuração de forças sociais instituídas, seja através de uma prática que se refere à micropolítica (...), a uma microfísica do poder, como também ao exercício de poder no macropolítico, no Estado e nos grandes conjuntos sociais. Consideramos que a prática política não está restrita à participação nas organizações políticas instituídas, mas sim difusa em distintos campos da vida, em que aparece o exercício das relações de poder na expressão e no gerenciamento da vida de um coletivo.

Esta definição é convergente com a que encontramos na análise dos artigos referentes às práticas políticas *trans*, pois refere-se principalmente à participação política não convencional desses coletivos na construção de demandas e estratégias, que podem ter ou não o Estado como fim. Vale ressaltar que a análise do material sobre movimentos sociais e práticas políticas *trans* é dificultada, pois como muitos ativistas *trans* estavam presentes nos primórdios do movimento gay, com, por exemplo, na organização das primeiras marchas do Orgulho Gay, grande parte dos estudos o engloba dentro desse movimento (Silva, 2006, 2011ab).

Das diferentes formas de mobilização coletiva dos movimentos *trans*, encontramos as seguintes modalidades, que residem principalmente numa participação política não convencional: ativismo em ONGs, projetos de educação, projetos de emprego, articulações nacionais e locais etc. Para além da relação com a saúde, outro eixo histórico de organização de travestis e transexuais no Brasil é o combate à violência policial nos locais de prostituição, o que fomentou a criação de grupos autoorganizados que buscavam a autodefesa e outras formas de enfrentamento a essa situação. Com isso, se constitui a primeira organização política de travestis no território brasileiro, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL), (Carvalho; Carrara, 2013).

A ASTRAL tem seu surgimento em meados de 1992, quando travestis e transexuais iniciam reuniões para a composição de uma rede nacional que articulasse o grupo politicamente. As circunstâncias de criação da associação não são muito bem definidas entre os trabalhos que abordam o tema (Lino e cols, 2011; Peres, 2006).

Os encontros promovidos pela ASTRAL, proporcionaram a criação de diversas organizações de travestis e transexuais em caráter regional ou nacional. Dentre essas organizações estão a Rede Nacional de Travestis (RENATA); Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL); Associação Nacional de Travestis e Liberados na luta contra a AIDS (ASTRAV) e a ANTRA - Articulação Nacional de Transgêneros.

Essa última é atualmente a associação com mais força entre travestis e transexuais. A data de sua criação é incerta, alguns autores falam de 2000 (Lino e cols. 2011) e outros de 2003 (Silva e Barboza, 2005, 2009). Na página do Facebook da ANTRA diz-se de dezembro de 2000 como data de criação. Funcionando como rede, a associação conta com mais de cinquenta e duas organizações filiadas em todo o Brasil. Promovem ações informativas, denúncias de transfobia e campanhas de prevenção ao HIV/AIDS.

Percebe-se que muitos desses grupos surgem no plano da saúde, muitos com foco na prevenção ao HIV/AIDS e afins. Contudo, a atualidade do movimento de transexuais e travestis tem traçado outras pautas necessárias à população transexual e travesti. Dentre elas estão o direito à educação, ao trabalho e à segurança. Não há estudos sobre a influência dessas demandas no movimento social, entretanto, nota-se ações que buscam o enfrentamento a essas necessidades. No bojo dessas ações está, por exemplo, a criação de cursinhos populares específicos para esse grupo; a criação de campanhas por trabalho como o site TransEmpregos⁵. O avanço desses projetos, especialmente a partir do ano 2000, vem trazendo visibilidade para esse grupo.

Nesse processo de visibilidade das pautas LGBTs, em especial das pautas de identidade de gênero, o movimento *trans* tem procurado cada vez mais alternativas para a reivindicação de direitos e novas formas de se fazer política. O trabalho de Santos (2016) é notoriamente expressivo disso. O autor analisa a necessidade de que grupos marginalizados (LGBTs, negras

⁵ O site possibilita que travestis e transexuais procurem por empregos cadastrando seus currículos, ao mesmo tempo que empresas “aliadas” cadastrem vagas de emprego. Link para acesso: <http://www.transempregos.com.br/>. Acessado em 29 de julho de 2017.

e negros, mulheres etc.) participem da política institucional para assegurar a garantia de políticas contra a desigualdade, e, com base nisso, analisa a candidatura de sete mulheres transexuais e travestis a cargos políticos no ano de 2014. Em grande maioria essas mulheres utilizaram da identidade de gênero como fator de diferenciação dos(a) demais candidatos(as), o que significa que elas representam a população LGBT e que contribuem para a construção de políticas públicas para a comunidade (Santos, 2016; Silva, 2007, 2011ab).

É possível notar que, de modo geral, as práticas políticas do movimento *trans* objetivam reconstruir os prejuízos históricos desse grupo, seja em relação à segurança, à saúde, à educação ou nas relações interpessoais. Essas políticas reparativas pautadas pelo movimento social *trans* envolvem melhorias (1) nas políticas de saúde, incluindo implementação de mais ambulatorios *trans*, formação para profissionais a respeito do uso do nome social e atendimento ético; (2) nos espaços educativos com a utilização do nome social e políticas afirmativas que combatam a exclusão; (3) nos espaços de trabalho, para que valorizem mais o trabalho das pessoas *trans* e travestis, diminuindo a estigmatização e aumentando as oportunidades de emprego; por fim, (4) o direito à livre existência longe do preconceito e da violência do dia a dia (Silva, 2006; Silva & D'Addio, 2012).

O movimento de transexuais e travestis muitas vezes articulado com o de lésbicas, gays e bissexuais, formando movimentos LGBTs, tem sido colocado como um espaço que além de reivindicatório, é importante internamente para as pessoas que participam dele. Para Cornejo (2014) esses são espaços de produção de afeto e cuidado, onde pessoas LGBTs podem sentir-se acolhidas, amadas e protegidas. O movimento é importante também porque é educativo para quem participa, sendo assim constitutivo da subjetividade, gerando respeito ao passo em que reivindicam por respeitabilidade (Longaray e Ribeiro, 2015).

Outra prática que aparece na revisão bibliográfica é a de articulação entre o movimento LGBT e outros movimentos sociais, por exemplo, os feministas e sindicais. Essas formas de aliança diminuem a fragmentação entre as diferentes frentes. Essa tem sido uma prática recorrente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLBT), porque além de contextualizar as diferentes lutas, possibilita um maior alcance da pauta contra a LGBTfobia (Prado & Costa, 2011; Silva, 2007; Silva & Ortolano, 2015).

A respeito desses diferentes movimentos sociais e ONG's relacionados à comunidade LGBT e especialmente à travestis e transexuais é interessante retomar a discussão feita por Rondas e Machado (2015). A partir de entrevistas os autores perceberam que muitas pessoas *trans* acreditam nessas organizações sociais como forma de enfrentamento à transfobia, contudo, há ainda certa desconfiança. Parte das pessoas entrevistadas pelos autores indicam que não há de fato eficiência nesses trabalhos.

É interessante destacar essas diferentes opiniões sobre a eficiência e/ou funcionalidade dos movimentos sociais para compreender a complexidade prática e ideológica da defesa de direitos para as pessoas transexuais e travestis. Como supracitado, não é possível dizer que todas as pessoas transexuais estejam de acordo com os movimentos *trans*, e diante disso se faz necessário a esses movimentos um entendimento das complexidades e contradições internas, pois sem isso, pode acabar por, de diversos modos, atrapalhar a luta contra a transfobia. De maneira geral percebemos que os movimentos de visibilidade e as práticas

transgressivas fazem parte do escopo dos movimentos *trans*, sendo isso, inclusive, uma maneira de sobrevivência ao sistema de exclusão consolidado por práticas cisheteronormativas.

Considerações Finais

Neste artigo buscamos compreender como se constituíram as políticas da transexualidade e quais são as práticas políticas mais comuns dentro do movimento social protagonizado por pessoas transexuais e travestis. Para tanto, investigamos os discursos acadêmicos sobre o tema.

A partir da análise da literatura encontrada conseguimos vislumbrar que o movimento social *trans* não se dissocia das questões sociais e políticas dos momentos históricos vividos. Este surge no combate ao HIV/AIDS, doença que ficou pejorativamente conhecida como “câncer gay” e que além de estigmatizar os homossexuais, estereotipava transexuais e travestis, já muito estigmatizadas pela sociedade. Com a diminuição dessa associação entre HIV/AIDS, o movimento *trans* conseguiu se focar em outras questões e demandas existentes em decorrência da transfobia e da violência. As políticas da identidade também dizem desse momento histórico que vivemos, que tem uma especial ênfase na identidade nos estudos acadêmicos, bem como a construção dos movimentos sociais voltada para a valorização das mudanças individuais, do empoderamento e da desconstrução dos estereótipos e preconceitos.

Foi possível perceber que a realidade da transexualidade no Brasil foi e é ainda permeada pelas contribuições das diferentes práticas políticas *trans* em um processo dialético. Os movimentos surgem como resposta à forma transfóbica como a sociedade e o Estado se relacionam acerca da transexualidade. E a partir das lutas travadas por esses movimentos a realidade se modifica, aos poucos, rumo a mais direitos para travestis e transexuais.

É importante considerar que os movimentos *trans* trouxeram avanços não somente para transexuais e travestis, mas buscaram e ainda buscam uma outra forma de sociabilidade mais igualitária e que os preconceitos não imperem entre os sujeitos. A partir dos limites da realidade brasileira e mundial os movimentos *trans* se constituem enquanto uma possibilidade de resistência às normas e regras do poder estatal e do próprio capitalismo enquanto sistema de produção e reprodução da vida, mesmo que de fato, esses movimentos não tracem como horizonte a superação de tal sistema. A potência, bem como os limites, dos movimentos de travestis e transexuais se baseia na transgressão e na negação das normatizações conformadoras da realidade.

Referências Bibliográficas

- Amaral, Marília S. e cols. (2014). Do travestismo à transexualidade: uma revisão do discurso acadêmico no Brasil entre 2001-2010. *Psicologia e Sociedade*, 26(2), 301-311.
- Arán, Márcia., Murta, Daniela., & Lionço, Tatiana. (2008). Transexualidade e saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(4), 1141-1149.
- Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (2018). *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais*.
- Bento, Berenice. (2012). *O que é transexualidade?* São Paulo: Brasiliense.
- Carvalho, Mario., & Carrara, Sergio. (2013). Em direção a um futuro trans? Contribuições para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualid, Salud y Sociedad*, 14, 319-351.
- Castel, Pierri. (2001). Algumas reflexões para estabelecer a cronologia do “fenômeno transexual” (1910-1995). *Revista Brasileira de História*, 21(41), 77-111
- Castro, Lúcia R. (2008). Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Rev. Sociol. Pol.* 16(30), 253-268.
- César, Maria., Duarte, André., & Sierra, Jamil. (2013). Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. *Educação*, 36(2), 192-200.
- Deleuze, Gilles (2006). *Diferença e repetição*. São Paulo: Brasiliense.
- Deleuze, Giles., & Guattari, Félix. (1997). *Mil Platôs: volume 5*. São Paulo: 34.
- Fernández, Concha., & Sabucedo, José M. (2004). *Do descontento a acción. A Construcción social da protesta campesina en Galiza*. Vigo: Editorial Xerais. Colección Universitaria.
- Gómez, Elena. (2014). Procesos de socialización en la transexualidad masculina: una aproximación etnográfica en un espacio asociativo. *Política y Sociedad*, 51(2), 533-563.
- Hernández, Franklin. (2013). Fronteras morales y políticas sexuales: apuntes sobre ‘la política LGBT’ y el deseo del Estado. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 13, 43-68.
- Hur, Domenico U. (2009). *Discursos do trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Hur, Domenico U., & Lacerda Júnior, Fernando. (2016). *Psicologia, políticas e movimentos sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Jesus, Jaqueline G. (2014). Gênero sem essencialismo: feminismo transgênero como crítica do sexo. *Universitas Humanística*, 78, 241-258.
- Klandermans, Bert. (1997). *The social psychology of protest*. Oxford: Basic Blackwell.

- Lino, Tayane., Rafaela, V., Badaró, Jane., & Amaral, Julião, G.. (2011). O movimento de travestis e transexuais: construindo o passado e tecendo presentes. In: *Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*, Bahia: UFBA.
- Lionço, Tatiana. (2009). Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis*, 19(1), 43-63.
- Longaray, Deisy A., & Ribeiro, Paula R. C. (2015). Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. *Revista Brasileira de Educação*, 20(62), 723-747.
- Méndez, Raquel P. (2009). Transexualidad y agenda política: una historia de (dis)continuidades y patologización". *Política y Sociedad*, 46(1/2), 107-128.
- Paiva, André L. S., & Félix-Silva, Antônio V. (2014). Produção protética dos corpos: experiências TRANS e políticas de saúde. *Artemís*, 18, 251-263.
- Peres, William S., & Toledo, Lívia G. (2011). Dissidências Existenciais de Gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Psicologia Política*, 11(22), 261-277.
- Peres, William S. (2006). Subjetividades das Travestis Brasileiras: Interfaces entre estigmas e construção da cidadania. Em *Fazendo Gênero 7*, Santa Catarina, UFSC.
- Pichon-Rivière, Enrique. (1986). *O Processo Grupal*. São Paulo: Martins Fontes.
- Prado, Marco A. M., & Costa, Frederico Alves. (2011). Estratégia de articulação e es-tratégia de aliança: possibilida-des para a luta política. *Revista Sociedade e Estado*, 26(3), 685-716.
- Preciado, Paul B. (2011). Multidões *queer*: notas para uma política dos anormais. *Estudos Feministas*, 19(1),11-20. Recuperado ado em 09 de outubro de 2017, de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>
- Rondas, Lincoln O., & Machado, Lucília R. S. (2015). Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 10(1), 192-205. Recuperado ado em 09 de outubro de 2017, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082015000100016
- Sabucedo, José M. (1996). *Psicología Política*. Madrid: Síntesis.
- Sabucedo, José M., & Arce, Constantino. (1991). Types of political participation: a multidimensional analysis. *European Journal of political research*, 20, 93-102. Recuperado ado em 09 de outubro de 2017, de: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1475-6765.1991.tb00257.x>
- Sabucedo, José M. & Durán, Mar (2006). Creencias sociales y acción colectiva. In Graciela A. Mota (Ed), *Educación cívica y ciudadana: una visión global* (pp. 107-122). Ciudad de México, DF: Santillana.
- Santos, Ana C. (2002). Sexualidades politizadas: ativismo nas áreas da AIDS e da orientação sexual em Portugal. *Cad. Saúde Pública*, 18(3), 595-611. Recuperado ado em 09 de outubro de 2017, de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2002000300004&script=sci_abstract&tlng=pt
- Santos, Gustavo G. C. (2016). Diversidade sexual e política eleitoral: Analisando as candidaturas de travestis e transexuais no Brasil contemporâneo. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 23, 58-96.
- Sierra, Jamil C., & César, Maria R. A. (2014). Governamentalidade neoliberal e o desafio de uma ética/estética pós-identitária LGBT na educação. *Educar em Revista*, 1, 35-51.
- Silva, Alessandro S., & Barboza, Renato. (2005). Silva, Alessandro Soares da, & Barboza, Renato. (2005). Diversidade sexual, Gênero e Exclusão. Social na produção da Consciência Política

- de Travestis. *Athenea Digital*, 8. 27-49. Recuperado em 09 de outubro de 2017, de: <https://atheneadigital.net/article/view/218>
- Silva, Alessandro S., & Barboza, Renato. (2009). Exclusão social e consciência política: luta e militância de transgêneros no ENTLAIDS. *Cadernos CERU*, 20(1), 257-276.
- Silva, A. S. da, & D'Addio, T. F. (2012). Homofobia, violência e direitos humanos. Em *Psicologia política: debates e embates de um campo interdisciplinar*. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades - EACH/USP. Recuperado em 18 de setembro de 2017, de: http://each.uspnet.usp.br/edicoes-each/psicologia_politica.pdf
- Silva, Alessandro Soares da. (2006). *Marchando pelo Arco-Íris da Política: A Parada do Orgulho LGBT na Construção da Consciência Coletiva dos Movimentos LGBT no Brasil, Espanha e Portugal*. Tese de Doutorado (Psicologia Social). São Paulo: PUCSP. Recuperado em 18 de setembro de 2017, de: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17164>
- Silva, Alessandro Soares da, & Ortolano, Fábio. (2015). Narrativas psicopolíticas da homofobia. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 7(1), 01-18. Recuperado em 09 de outubro de 2017, de: <https://dx.doi.org/10.18370/2176-4891.2015v1p1>
- Silva, Alessandro Soares da. (2007a). Direitos Humanos e Lugares Minoritários: um convite ao pensar sobre processos de exclusão na escola. Em *Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Recuperado em 18 de setembro de 2017, de: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/11_soares.pdf
- Silva, Alessandro S. (2011a). Memória, consciência e políticas públicas: as Paradas do Orgulho LGBT e a construção de políticas públicas inclusivas. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 27, 127-158. Recuperado em 18 de setembro de 2017, de: <http://www.psicopol.unsl.edu.ar/abril2012-nota09-Memoria.%20conciencia%20y%20pol%EDticas%20publicas-el%20papel%20de%20las%20marchas%20del%20orgullo%20LGBT.pdf>
- Silva, Alessandro S. (2011b). Políticas públicas, educação para os direitos humanos e diversidade sexual. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 3(2), 58-72. Recuperado em 29 de agosto de 2017, de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200007&lng=pt&tlng=pt.
- Silva, Alessandro S. (2012). *Psicologia Política, Movimentos Sociais e políticas públicas*. Tese de Livre Docência. Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Simpson, Keyla. (2015). Transexualidade e travestilidade na saúde. Em Brasil. *Transexualidade e travestilidade na saúde*. Ministério da Saúde, Brasília.
- Transgender Europe. *Transrespect versus Transphobia: Trans Murder Monitoring*. Recuperado em 21 de abril de 2017, de: <https://tgeu.org/tmm/>
- Vasconcelos, Michele F. F. e cols. (2011). Os limbos felizes da não-identidade: tensões e implicações." *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 11(3), 1217-1264.
- Vázquez, Félix. (1997). El dispositiu d'anàlisi de dades: l'anàlisi de contingut temàtic/categorial (Investigació i Coneixement Psicosocial), mimeografado.

Recebido em 10/10/2017
Revisado em 20/01/2018
Aceito 27/01/2018